Recursos garantidos

Apesar do severo ajuste fiscal e da muito provável recessão de 1999, não haverá problemas de caixa para o Recoop

JORGE RETI



A NOVA SITUAÇÃO econômica, nacional e internacional, delineada a partir de outubro de 1998, não deverá alterar as regras do jogo e os valores destinados ao Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop – é o que acreditam dirigentes do cooperativismo e técnicos governamentais ligados à criação, planejamento e execução desse programa. Apesar do severo ajuste fiscal anunciado – e já adotado no último trimestre de 1998 por algumas empresas estatais – e da muito provável recessão de 1999, eles não temem problemas de caixa por parte do governo ou das cooperativas.

"O Recoop não é impactante e está com os recursos garantidos, porque outras despesas do orçamento, as eliminàveis, é que serão cortadas", diz com segurança o assessor para assuntos agrícolas do Ministério da Fazenda, Gerardo Fontelles. Ele agrescenta que o governo está considerando o fato de o Recoop vir a gerar faturamento, exportações e maior eficiência econômica para o cooperativismo, o que é do interesse da economia brasileira neste momento de ajuste e de necessidade de aumentar as exportações. Fontelles afirma que os recursos estarão disponíveis no início de 1999 e sua liberação depende tão-somente da aprovação pelo Comitê Executivo do Recoop e pelo agente financeiro dos projetos encaminhados.

Um líder cooperativista gaúcho, no momento à frente de um órgão estatal, também não teme pela implementação efetiva do Recoop. Trata-se de Adelar da Cunha, diretor do Departamento Nacional de Cooperativismo – Denacoop, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura. "Os recursos estão assegurados e os bancos terão mais segurança do que nunca nas operações, graças ao monitoramento que o programa terá do governo e do próprio cooperativismo", diz ele. Segundo Cunha, os bancos também foram co-responsáveis pela inadimplência de tantas cooperativas, por terem feito, no passado, empréstimos sem uma análise técnica criteriosa.

Quanto à desaceleração da economia e a conseqüente redução do faturamento das cooperativas, o diretor da Denacoop diz que os projetos aprovados para o Recoop não serão prejudicados, pois os empréstimos têm bons prazos de carência. Acrescenta ainda que num primeiro momento as cooperativas que recorreram ao programa terão de fazer ajustes, inclusive com dispensa de funcionários, mas a médio prazo irão se recuperar, com aumento de faturamento e voltando a gerar empregos. Segundo ele, os projetos apresentados já estão levando em consideração a desaceleração da economia em 1999, sem prejuízo do cronograma de pagamento dos empréstimos, cujos prazos de carência, na maior parte dos casos (ver box) são de dois anos. Ele admite, porém, que aquelas que não conseguirem se reestruturar, vão desaparecer.

Adelar da Cunha frisa ainda que os re-

As novas condições

São as seguintes as condições previstas para as diversas operações, com prazos de amortização de até 15 anos:

- investimentos – juros de 4% ao ano mais IGP-DI, com dois anos de carência;
- capital de giro – juros de 8,75% ao ano e prazo de dois anos, sem carência;
- renegociação de dívidas junto a bancos – juros de 4% ao ano mais IGP-DI, com dois anos de carência;
- dívidas com terceiros que não agentes financeiros (fornecedores, INSS, FGTS, tributos), dívidas com cooperados e recebíveis de cooperados – juros de 4% ao ano mais IGP-DI, com dois anos de carência.

O programa exige participação financeira do associado na capitalização da cooperativa; fusões ou incorporações entre cooperativas; desmobilização de ativos que não façam parte do objeto principal da cooperativa; capacitação gerencial e profissionalização de dirigentes, associados e funcionários, agora facilitados pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, órgão que vai funcionar de modo semelhante aos outros "S" existentes, como o Senai, Senar e Senac. O Sescoop não terá verbas do governo e será custeado pelas próprias cooperativas, por meio de contribuições legais compulsórias.

Os recursos previstos para o programa são de R$2,1 bilhões, além de R$900 milhões já aplicados em operações de cotas-parte e de securitização.

sultados do Recoop não podem ser analisados e avaliados, sem considerar o início das atividades do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, que será importante instrumento de formação e capacitação de mão-de-obra, sendo portanto mais um fator de profissionalização e de aumento da eficiência das cooperativas.

Nova postura

Do lado do cooperativismo, o diretor superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Amílcar Gramacho, analisa o Recoop como um programa que deverá mudar – juntamente com o mercado, a competitividade e a mundialização – o sistema cooperativista brasileiro. "Não se trata de mais um financiamento de emergência, mas sim de uma nova postura das cooperativas", diz ele.

Gramacho esclarece que a abrangência do Recoop é significativa, pois as 439 cooperativas enquadradas no programa representam cerca de 2/3 do cooperativismo agrícola, tanto em faturamento como em número de associados. Para o diretor da OCB, as cooperativas que não aderirem ao novo cooperativismo irão quebrar, não só devido às rigorosas exigências e condições do Recoop, mas também pelas próprias condições do mercado.

Uma das características marcantes desta nova era será o novo relacionamento entre o associado e sua cooperativa. Além de maior participação, o associado será mais presente, inclusive no aporte de capital, atuando diretamente em novos investimentos. Ou seja, o cooperativismo passa a ter no associado – e em parceiros externos, um dos tópicos exigidos pelo Recoop – um novo tipo de financiamento, que não exclusivamente bancário.

Além disso, o mercado está levando as cooperativas a maiores exigências para com o associado, em termos de fidelidade na comercialização da produção, pois a necessidade de economia de escala passa a requerer um mínimo de volumes de entrega. A competitividade do mercado também demanda produtos com um mínimo de qualidade e de padronização – com as próprias cooperativas adotando controles – o que tem sido mais um fator de seletividade de cooperados. Essa tendência, já existente, deverá se acentuar significativamente com o Recoop, acredita Gramacho.

A profissionalização, o conhecimento e a produção com qualidade, dentro de uma competição globalizada, é um dos pontos positivos do Recoop, segundo aponta José Branisso, gerente de Negócios Agroindustriais e com Cooperativas, do Banco do Brasil. Ele diz que o Recoop "vai ajudar a redesenhar o cooperativismo, com lideranças mais profissionalizadas, com visão de mercado e em sintonia com a mundialização", acrescentando que "de agora em diante, o produtor rural, antes de semear, precisará saber a quem vender, quais os canais de comercialização e a que preço". E cita um exemplo: "antes de plantar a muda, o cafeicultor precisa pensar na xícara de café que está sendo tomada pelo consumidor em Paris, conhecer e saber analisar toda a cadeia".

"Na verdade, não é só a cooperativa que está expurgando alguns associados, mas sim o próprio mercado", diz Amílcar Gramacho, lembrando que não mais existem, no Brasil, quase 6 milhões de produtores rurais, como no início da década de 90, e que certamente o número ficará mais reduzido ainda nos próximos anos.

"Na verdade, não é só a cooperativa que está expurgando alguns associados, mas sim o próprio mercado", diz Amílcar Gramacho, lembrando que não mais existem, no Brasil, quase 6 milhões de produtores rurais, como no início da década de 90, e que certamente o número ficará mais reduzido ainda nos próximos anos.

Todos esses fatos levam o diretor da OCB a refutar a afirmação de que o Recoop seria "o Proer das cooperativas". Ele acrescenta ainda que os bancos falidos receberam recursos, ao passo que as cooperativas com dificuldades de se recuperar, em número de 212, não foram aceitas no Recoop, apesar dos pedidos de cartas-consulta. Outro argumento de que, no caso dos bancos, a situação era de falência, o que não ocorre com as cooperativas contempladas pelo Recoop: o governo exigiu dos bancos socorridos a transferência do controle acionário.

Além disso, Amílcar Gramacho aponta a grande diferença entre a situação econômico-financeira dos bancos e das cooperativas, durante os 15 anos em que o país sofreu com altíssimas taxas de inflação. Os bancos foram muito favorecidos, auferiram enormes lucros e, bem capitalizados, puderam se preparar para a nova situação, com grandes investimentos em tecnologia.

Ao contrário, a agricultura passou, nesse mesmo período, por uma fase de fragilização da política agrícola, tanto em crédito, como em assistência técnica e preços mínimos. Isso sem falar na abertura de importações de produtos agrícolas altamente subsidiados nos países de origem, ocorrida nesta década. Essas importações não representaram "choque de competitividade", pois trata-se de produção subsidiada, não-competitiva e altamente ineficiente.

O lado dos bancos

Uma regra do Recoop, até agora pouco comentada, é de que, apesar desse programa ser dotado de recursos orçamentários, o risco da operação é totalmente do agente financeiro. Ou seja, o banco deverá devolver a verba ao Tesouro Nacional, na data fixada, independentemente de a cooperativa ter saldado aquele empréstimo ou parcela dele. Por isso, diz José Branisso, do Banco do Brasil, as instituições financeiras que trabalharem com o programa vão analisar muito bem os projetos, em sua capacidade técnica, econômica e financeira. Além disso, o banco não é obrigado a realizar operações dentro do Recoop, apenas fica autorizado a fazê-lo.

Dentro das regras técnicas de exigências bancárias, Branisso diz que o Banco do Brasil está muito interessado em participar do Recoop, com cooperativas profissionalizadas e capitalizadas, "pois com parceiros profissionalizados podemos fazer bons negócios e de maneira mais segura". Ele frisa também que o Banco do Brasil deseja continuar a ser o primeiro e maior parceiro do cooperativismo brasileiro.

"O governo está concedendo vantagens às cooperativas, mas também está fazendo exigências profundas, que vão fortalecer e transformar significativamente o cooperativismo", conclui o dirigente do Banco do Brasil.

Jorge Reli é jornalista.